



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**
2 **e três dias de maio de dois mil e doze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais de
3 saúde, conforme lista de presença em anexo. O presidente **Porsani** iniciou a reunião, dando
4 boas vindas a todos os presentes e realizou a leitura dos pontos de pauta, sendo: **I.**
5 **Informes; II. Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta de renovação do**
6 **convênio “Saúde Mental”, entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço de Saúde “Dr.**
7 **Cândido Ferreira”; III. Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta do Termo**
8 **Aditivo para abertura de novos leitos no Complexo Hospitalar Ouro Verde; IV.**
9 **Apresentação, discussão e deliberação sobre a Urgência/Emergência: avaliação sobre a**
10 **crise atual e proposta de solução imediata; V. Eleição dos membros da Comissão de**
11 **Atenção Básica/Atenção Primária à Saúde.** O presidente **Porsani** sugeriu o adiamento das
12 discussões das pautas **III. Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta do**
13 **Termo Aditivo para abertura de novos leitos no Complexo Hospitalar Ouro Verde; IV.**
14 **Apresentação, discussão e deliberação sobre a Urgência/Emergência: avaliação sobre a**
15 **crise atual e proposta de solução imediata** para a reunião extraordinária do Conselho
16 Municipal de Saúde, a ser realizada no dia 30 de maio, pois a Gestão não encaminhou os
17 documentos pertinentes. Sugeriu ainda que os informes sejam transferidos para o último
18 ponto da pauta da presente reunião. Lembrou que essa reunião já fora aprovada na última
19 reunião do CMS. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU** as
20 **sugestões**, por unanimidade. O presidente **Porsani** questionou o Conselho Fiscal de Saúde
21 sobre o item II da pauta, pois ainda não haviam sido apresentados os termos da minuta do
22 referido convênio. Falou que havia uma proposta para que esta discussão fosse feita no dia
23 30, mas que se iniciasse um processo de discussão, sem a deliberação, que ocorreria na
24 próxima reunião. A conselheira **Wilma** falou que o Conselho Fiscal de Saúde não pode exarar
25 um parecer sobre a renovação do convênio com o SSCF por falta de documentação, como a
26 declaração negativa de débitos, prestação de contas do convênio anterior, a minuta do
27 contrato e números sem avaliações de valores. Afirmou que o CFS solicita que a votação seja
28 realizada somente na reunião do dia 30 de maio. O presidente **Porsani** afirmou que a
29 proposta é somente tirar o termo “deliberação” da convocatória. Em regime de votação, o
30 Conselho Municipal de Saúde **APROVOU** a **supressão da deliberação do item II da pauta**,
31 por unanimidade. Apresentou a proposta do SAID de apresentação do vídeo institucional,
32 onde o mesmo deveria ter sido apresentado às 18 horas, mas que, por falta de quórum não
33 fora apresentado. Sugeriu que fosse apresentado antes da discussão da pauta “principal”.
34 Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU** a **apresentação do vídeo**
35 **do SAID**, por unanimidade, sendo apresentado na sequência. **V. Eleição dos membros da**
36 **Comissão de Atenção Básica/Atenção Primária à Saúde:** após a explicação da finalidade da
37 Comissão, o conselheiro **Francisco** apresentou a composição da comissão, sendo 04 (quatro)
38 conselheiros usuários, 02 (dois) conselheiros trabalhadores e 02 (dois) conselheiros gestores.
39 Foram eleitos, por aclamação, os seguintes conselheiros: pelos usuários, a Sra. Neide e a Sra.
40 Izabel, e pelos trabalhadores, a Sra. Juliana e a Sra. Rosa, sendo o Sr. Francisco o suplente da



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 presente comissão. Aguarda-se, portanto, a indicação dos nomes da Gestão para esta
42 composição. O conselheiro **Trombetta** informou que, em reunião do Conselho Fiscal de
43 Saúde, fora eleito coordenador e que o conselheiro **Mamede** estaria sendo desligado do CFS
44 por questões de faltas. Solicitou que seja realizada uma eleição para a recomposição da vaga
45 de suplente para os conselheiros usuários. Fora eleito, por aclamação, o Sr. Manuel. **II.**
46 **Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta de renovação do convênio “Saúde**
47 **Mental”, entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço de Saúde “Dr. Cândido**
48 **Ferreira”:** apresentaram o tema o Sr. **Edison Silveira** – diretor do Departamento de Saúde, a
49 Sra. Carla – coordenadora da Saúde Mental e o Sr. **André Castilho** – diretor financeiro do
50 Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”, com valor mensal, no primeiro mês, de R\$ R\$
51 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) e, do segundo ao décimo segundo mês, no
52 valor de R\$ 4.380.376,32 (quatro milhões, trezentos e oitenta mil, trezentos e setenta e seis
53 reais e trinta e dois centavos), sendo o valor anual de R\$ 52.284.139,52 (cinquenta e dois
54 milhões, duzentos e oitenta e quatro mil cento e trinta e nove reais e cinquenta e dois
55 centavos). O conselheiro **Trombetta** solicitou uma questão de ordem, pois houve uma
56 citação ao Conselho Fiscal de Saúde, em ocasião que era presidente. Falou que o CFS
57 protocolou diversas vezes solicitações de prestações de contas do convênio, ao contrário do
58 que fora afirmado na apresentação do sr. **André Castilho**. Afirmou que possui uma
59 notificação protocolada ao antigo prefeito, pois a SMS não havia encaminhado os
60 documentos solicitados. Afirmou ainda que possui cópias dos protocolos encaminhados no
61 Ministério Público Estadual, Federal e no Tribunal de Contas da União, mesmo antes da
62 auditoria realizada. Falou sobre o protocolo enviado ao Ministério do Trabalho devido à falta
63 do depósito do FGTS dos trabalhadores do convênio. Afirmou que o CFS não persegue
64 ninguém, mas que o papel do conselheiro fiscal é verificar se as contas estão em ordem, o
65 que não acontecia com o convênio com o SSCF. Afirmou que vieram diretores e secretários
66 de Saúde afirmando, no CMS, que todas as contas estavam regulares, ocorrendo o que vem
67 ocorrendo. Lembrou que a minuta do convênio não fora entregue, impossibilitando a
68 votação por desconhecimento da inserção do plano de trabalho neste documento ou o
69 período do convênio, onde, judicialmente, vale a minuta, onde o plano de trabalho pode ser
70 alterado. Parabenizou o secretário de saúde, que falou que o conselho anterior, salvo
71 algumas pessoas, foi conivente e omissivo. O conselheiro **Mariante** lembrou que não haverá
72 deliberação sobre a questão. A conselheira **Juliana**, da comissão de acompanhamento do
73 convênio com o SSCF, falou que a construção da proposta de do plano de trabalho ocorreu
74 em discussões nos Distritos de Saúde. Falou que, em relação ao planejamento do plano de
75 trabalho, sofreu os cortes, que foram apresentados pela sra. **Carla**, sendo que o convênio
76 começa com o financiamento reduzido. Falou que a comissão não defende o corte do
77 financiamento, o qual deveria ter vindo por completo. Apresentou que na verba aprovada
78 pela CMS, 75% é financiamento federal, enquanto que os outros 25% são a contrapartida
79 municipal. Falou que acredita que a contrapartida poderia ter sido maior, não havendo
80 condições da verba federal ter vindo completamente neste momento, o prazo deveria ter



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 sido discutido, para que se tenha a ideia do prazo, devendo a PMC garantir a contrapartida
82 neste íterim. Falou que o conhecimento do prazo garantirá uma votação mais qualificada,
83 tendo a verdadeira ideia dos modelos que serão aprovados ou não, cabendo a discussão
84 neste momento. Em relação ao futuro do convênio, lembrou que existem várias questões
85 em jogo e que existe uma tendência do CMS que aponta para administração direta de alguns
86 serviços e que o mesmo debate deveria ocorrer em relação à Saúde Mental, não tendo
87 razões para discutir a ampliação somente via convênio com o SSCF. A conselheira **Marlene**,
88 também da comissão de acompanhamento do convênio, falou que acha que deve ser
89 garantida a Saúde Mental nas unidades básicas e que o número de profissionais seja
90 ampliado, pois não pode ter unidades básicas, na ponta, sem a abordagem na Saúde Mental.
91 Abertas as falas, a conselheira **Wilma** perguntou se a medicação fornecida para os pacientes
92 atendidos em unidades do SSCF será fornecida pela SMS. Questionou se as casas alugadas
93 através do convênio com a entidade, como a Farmácia Popular, continuarão sendo alugadas
94 nos mesmos moldes. Perguntou se o convênio fornecerá funcionários para atender Saúde
95 Mental nas unidades básicas e quem será o responsável pela segurança e higiene nas
96 unidades do SSCF. Questionou se estes serviços continuarão sendo realizados pelo contrato
97 da PMC com a Gocil e com a ÚNICA. Perguntou quantos CAPS continuarão com servidores
98 públicos, o que gera uma grande dificuldade de fiscalizar, pois existem funcionários SSCF em
99 unidades da PMC e servidores da PMC em unidades do SSCF. Falou que a minuta do contrato
100 deve ser apresentada pelo CFS, pois os questionamentos devem estar claros neste
101 documento. Afirmou que sem estes esclarecimentos não tem como deliberar o convênio por
102 não saber quais serviços a entidade prestará. Comparou com a ação de assinar um cheque
103 em branco. O conselheiro **Gerardo** falou que o convênio é importante e que o debate vem
104 ocorrendo há tempos. Falou que houve um esforço dos conselheiros em elaborar resoluções
105 sobre questões como recursos humanos. Colocou-se muito preocupado com a falta,
106 proposital ou intencional, de não encaminhar os documentos solicitados e necessários.
107 Lembrou que a última decisão é o encaminhamento da substituição dos trabalhadores do
108 SSCF que estava na rede, por um processo rápido de concurso público ou de um rápido
109 processo de seleção pública, o que não ocorreu. Falou que o concurso que será realizado
110 está atrasado e a quantidade de cargos disponibilizada no edital não supre o número de
111 funcionários que serão desligados com o término do convênio. Afirmou que o resultado final
112 desta situação é o desabastecimento e a desassistência à população. Falou sobre a sua
113 preocupação de a Gestão ter a intenção de manter os conselheiros sem saber os reais
114 termos da renovação. Falou que a realidade de caos irá continuar. Defendeu que se tenha
115 serenidade e tranquilidade para realizar o próximo passo, pois a história do SSCF o credencia
116 ao atendimento na Saúde Mental e que a redução da verba destinada a este fim é
117 inaceitável. Sugeriu que o CMS se mobilize para garantir as verbas necessárias para a Saúde
118 Mental. Afirmou que não acredita em governos, pois estes esquecem o povo. O conselheiro
119 **Severino** falou que se levantou uma polêmica em torno do Conselho Fiscal e respondeu essa
120 polêmica é desnecessária, pois os conselheiros estão amadurecendo, agindo com



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 responsabilidade. Apontou ser impossível aprovar algum convênio mediante, apenas, ao
122 plano de trabalho. Falou sobre a necessidade de uma garantia jurídica, na figura da minuta
123 do contrato, pois se esta for alterada, acarretará responsabilidade jurídica em cima de quem
124 a alterou. Falou sobre a necessidade de a gestão entender a responsabilidade do CMS. Falou
125 que a composição do CFS mudará, o que trará mais dificuldades na aprovação de convênios,
126 com o aumento da exigência dos conselheiros fiscais. Falou que não se pode discutir um
127 convênio na eminência do seu término, sendo uma irresponsabilidade do CMS em aprovar
128 algo com esse encaminhamento. Falou que existe alguém errando, pois a discussão deve
129 ocorrer com tranquilidade, com o envio prévio dos documentos necessários. A sra. **Cristiane**
130 falou que a mobilização vem ocorrendo desde a tarde, em defesa do SUS 100% público.
131 Denunciou o descaso da PMC com todo o SUS, e não somente com o SSCF. Falou ser justa a
132 luta pelos empregos, pois os trabalhadores não podem ser responsabilizados pela
133 precarização dos contratos de trabalho. Falou que a crise é consequência do descaso com a
134 saúde, que vem desembocar com a demissão de 650 (seiscentos e cinquenta) profissionais.
135 Questionou o que será possível para estas pessoas que serão demitidas e com uma grande
136 dúvida dos seus futuros. Falou que não existem garantias que os direitos destes profissionais
137 estão assegurados. Falou que saúde se faz quando se respeita o seu trabalhador. Solicitou
138 que todos participem da mobilização, que visa a melhoria do SUS. Questionou a construção
139 “transparente” do processo, onde não teria ocorrida a decisão na segunda-feira e os
140 trabalhadores solicitaram ao CMS uma reunião na terça-feira para não impedir a discussão
141 da presente reunião. Falou que os trabalhadores não foram procurados para serem
142 informados que qual convênio com o SSCF finalmente havia sido decidido. Falou que se
143 realmente tivesse ocorrido transparência no processo, todos os documentos teriam sido
144 encaminhados, o que não ocorreu. Denunciou que não dá para manter a verba para a Saúde
145 Mental, mas dá para garantir o aumento de 126% no salário dos vereadores. Falou que se
146 preocupa que o convênio prevê o aumento dos gastos, sendo que existem unidades de
147 saúde que já poderiam estar cadastradas no Ministério da Saúde, garantindo repasses
148 federais, o que não ocorreu. Questionou quais são as garantias dessa regularização, pois
149 essa gestão não implantou nenhum projeto da gestão anterior. A sra. **Nara** falou que o
150 convênio não será votado hoje por conta da própria gestão, que não fechou os documentos
151 necessários em tempo hábil. Falou sobre o aumento dos salários dos vereadores. Falou que
152 existiram muitas notícias e poucas garantias para os trabalhadores do SSCF, sendo que não
153 houve espaços de diálogos com a Prefeitura. Falou sobre o corte no orçamento da Saúde
154 Mental. Afirmou que o projeto deste governo é desconstruir o SUS público de qualidade. A
155 conselheira **Maria Gil** questionou o que é o SAID, sendo que não existe esse serviço em seu
156 centro de saúde. Falou que, quando precisou do SAID, não teve o respaldo. Afirmou que
157 tudo fica bonito no papel, mas que na prática não é isso que se vê. Falou sobre a
158 prorrogação do convênio com o SSCF. Perguntou sobre o atendimento à pacientes de Saúde
159 Mental aos finais de semana, sendo que este não funciona. Afirmou que os pacientes só
160 podem contar com o atendimento durante a semana. Parabenizou o Conselho Fiscal de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 Saúde, por apontar o descaso da gestão em encaminhar os documentos necessários para a
162 discussão. Falou que os trabalhadores só lutam quando seus empregos estão em risco,
163 sendo que ninguém apareceu no seminário do CMS sobre o financiamento. O sr. **Deivisson**
164 falou que em conversas fechadas na Gestão, entre o Dr. Saraiva – secretário de saúde da
165 gestão anterior, Dra. Cecília – ex-diretora do DGDO e Dr. Pedro Humberto – ex-diretor de
166 saúde, já estava certo o desmonte da saúde. Falou que a Saúde Mental do SSCF, a
167 Urgência/Emergência, o CHOV já estavam certo de serem sucateados. Falou que se houve
168 bastante sobre o concurso público e questionou se com as 650 (seiscentas e cinquenta)
169 demissões, o que 12 (doze) psicólogos e 03 (três) terapeutas ocupacionais conseguirão repor
170 a demanda do RH. Falou que os conselheiros devem ficar espertos, pois o plano da
171 terceirização já está traçado. Falou que a decisão tomada sobre a municipalização do CHOV
172 nada progrediu, sendo um desrespeito, pois não se levou em consideração a decisão do
173 CMS. Falou que a terceirização significa trabalhadores com medo de demissões, sindicatos
174 pulverizados e uma desresponsabilização do Estado, pois se tiver algum problema com a
175 Saúde Mental é culpa do SSCF. Em relação ao plano de trabalho, falou que tem várias
176 dúvidas, como quando ocorrerão os aumentos dos serviços. Falou que no plano de trabalho
177 anterior, já existia o consultório de rua, inclusive com a verba do Ministério da Saúde, porém
178 não foi implantado até o momento. Questionou o que ocorreu com essa verba. Sugeriu que,
179 quando ocorrer a votação, os conselheiros não permitam que toda a Saúde Mental seja
180 passada para o SSCF e defendeu que seja totalmente pela administração direta, através de
181 concurso público. O conselheiro **Trombetta** falou sobre a necessidade de esclarecimentos na
182 questão levantada pela sra. Maria Gil, em relação à Urgência/Emergência na Saúde Mental.
183 Falou que quando uma pessoa surta, ao ligar para o SAMU, é informado que não existem
184 psiquiatras de plantão, acarretando a falta de atendimento, sobrando a possibilidade de
185 chamar a polícia. Falou que a minuta do convênio deve abordar claramente esta questão.
186 Defendeu que a Saúde Mental tenha uma transição para a gestão pública, deixando de ser
187 gerenciado pelo SSCF. Falou que os trabalhadores do SSCF devem se engajar mais nas
188 discussões e não serem coniventes como foram na gestão anterior. Falou que na renovação
189 anterior, levantou estes problemas e fora vaiado na reunião. Lembrou que quando falou
190 sobre a lavanderia e sobre a urgência/emergência foi vaiado, além de uma carta escrita
191 pelos diretores do SSCF que o acusavam de ter interesses próprios. Afirmou que o seu
192 interesse é garantir uma saúde pública de qualidade, sem corrupção. Apontou que a maior
193 virtude do ser humano é reconhecer o erro, sendo que muitas vezes que falou no pleno foi
194 vaiado e motivo de chacota. A sra. **Danaê** falou que os trabalhadores receberam uma
195 informação que os trabalhadores do SSCF receberão um aviso prévio na sexta-feira.
196 Questionou se essa informação é verdadeira. Falou que não existem condições para os
197 trabalhadores do SSCF continuarem a trabalhar. Falou sobre os problemas de atendimentos
198 aos usuários por falta de recursos humanos. Lembrou que existem muitos trabalhadores do
199 SSCF em muitas unidades de saúde e questionou como será garantida a assistência aos
200 usuários. Questionou a posição da SMS sobre as demissões do SSCF. O conselheiro **Felipe**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 falou que hoje o país foi bombardeado de um exemplo do que acontece quando um serviço
202 que funciona no limite para de funcionar, exemplificando a greve dos Metrô de São Paulo.
203 Falou que a Prefeitura de Campinas vem fazendo, deliberadamente, a mesma coisa com a
204 Saúde Mental no município. Falou que dos 39 (trinta e nove) psicólogos com SSCF, foram
205 chamados somente 12 (doze) pelo concurso público. Falou que a redução das verbas e do
206 quadro de recursos humanos é o modelo de assistência de Saúde Mental proposto por esta
207 gestão. Defendeu que seja discutido o modelo de assistência proposto. Falou que
208 comunidades terapêuticas são modelos de privatização. Afirmou que a política geral é o
209 retrocesso para permitir a privatização, com ataques aos modelos antimanicomiais. Falou
210 sobre o sucateamento do SUS em geral, ocorrendo um franco ataque a toda a construção do
211 SUS em Campinas. Afirmou que o modelo de assistência ideal passa, obrigatoriamente, por
212 concurso público, pois assim se evita o clima de instabilidade como o que Campinas vem
213 passando. Sugeriu o repúdio a qualquer corte de orçamento e a garantia de um modelo que
214 garanta a assistência pública e estatal, pois a pulverização da assistência acarretará em piora
215 do atendimento. A sra. **Márcia Molina** apontou que a Saúde Mental vive uma situação difícil,
216 devendo ocorrer um combinado que não pode piorar, pois já estamos no fundo do poço.
217 Falou que, daqui para frente, deverão ocorrer apenas propostas para a melhoria dos
218 serviços, equilibrando e estabilizando o quadro presente. Falou que entendeu que na
219 proposta de R\$ 4.380.000,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta mil reais), conseguirão ser
220 mantidos os serviços já existem, melhorando e estabelecendo uma co-gestão definida e
221 criando transparência no processo de gestão e prestação de contas. Questionou se esse
222 entendimento está correto. Perguntou que se o que não está incluído, sendo fundamentais,
223 como completar o número de equipes, ocorrerá dentro desse plano de trabalho. Sugeriu
224 que, na aprovação da renovação do convênio, esses pontos sejam esclarecidos e que seja
225 garantida a complementação das equipes de trabalho, sejam com recursos federais ou com
226 a garantia de recursos municipais. O conselheiro **Adilson Rocha** enalteceu o SSCF, afirmando
227 que participou do processo de negociação e que tencionou bastante, tanto a entidade
228 quanto a Prefeitura. Falou que o SSCF tem sido o principal parceiro da Prefeitura como um
229 todo. Em relação ao momento vivido, falou que os trabalhadores são as principais vítimas,
230 pois este momento é o auge do processo que vem ocorrendo nos últimos anos e que
231 começou a para em 2011. Falou que, hoje, 90% da Saúde Mental está terceirizada, sendo
232 este um processo de longa data. Falou que não será possível resolver essa questão
233 rapidamente, pois será difícil recuperar o brilho do SUS Campinas. Concordou que houve um
234 processo de desmonte do Estado, ocorrendo muitas terceirizações. Falou que acompanhou
235 o processo de negociação, sendo que este foi muito transparente, com a participação do
236 sindicato e dos distritos de saúde. Falou que foi um processo com o aparecimento de muitos
237 desejos, inclusive o desejo da gestão de atingir um valor de convênio em cerca de R\$
238 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais). Lembrou que, como todo desejo, não foi
239 possível atingir esse valor, mas que, de fato, corresponde a um aumento de 27%, em relação
240 ao convênio atual, através de recursos federais e municipais. Defendeu que volte a ocorrer



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 um processo transparente de construção do SUS Campinas. O conselheiro **Mariante**
242 questionou o pleno sobre a prorrogação por trinta minutos, conforme o Regimento Interno.
243 Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a prorrogação**. Logo após,
244 foram reabertas as falas, o sr. **Valdir** falou que, em referência ao plano de trabalho do
245 convênio, questionou os números de atendimentos nas comunidades terapêuticas. Falou
246 que o Distrito de Saúde Norte não foi contemplado com o programa de trabalho. Defendeu
247 que este serviço também deveria estar explícito no plano de trabalho e no convênio
248 assinado pelas duas partes. Sobre o centro de convivência, falou que existe a previsão da
249 implantação de 03 (três) centros de convivência no Distrito Norte, sendo que existe somente
250 um. Questionou se este serviço será encerrado. Falou que verificou no edital que saiu do
251 concurso, onde verificou que existem muito menos cargos previstos no edital, em relação ao
252 número de profissionais contratados pelo SSCF. Falou que essa diferença poderá gerar
253 desassistência. Falou que, em relação ao relatório do CREMESP, na parte em que trata o
254 Pronto Atendimento Padre Anchieta, onde foram relatadas apenas 04 (quatro) consultas por
255 hora. Discordou do número apresentado, onde em sua última estatística foram mais de
256 9.000 (nove mil) consultas no mês. Solicitou que o relatório fosse revisto. Defendeu que os
257 vereadores recebam aumento salarial de acordo com a inflação. A sra. **Mariana** colocou a
258 solidariedade dos trabalhadores da UNICAMP aos trabalhadores do SSCF, com uma moção
259 de apoio. Falou que os trabalhadores da UNICAMP são contrários à autarquização do
260 Hospital das Clínicas. Afirmou que a situação de instabilidade do SSCF, que é o mesmo
261 cenário do Hospital Ouro Verde, é o projeto que está sendo colocado para o complexo
262 hospitalar da UNICAMP, sendo que ocorrerá uma luta para evitar que isso aconteça. Falou
263 ser importante a solidariedade, pois todo esse processo é um projeto político de privatização
264 do serviço público de Campinas. Apontou que essa situação ocorre em todo o serviço
265 público de Campinas, incluindo na Educação e na Cultura. Lembrou que, em 2011, fora
266 barrado um projeto de lei que entregava todo o serviço de esporte, cultura e lazer para OSs.
267 Afirmou que ninguém vence uma batalha sem a solidariedade e participação de todos
268 trabalhadores. Falou que, na Prefeitura, nesta gestão e na anterior, existe um projeto
269 político de desmonte do serviço público e desvalorização do servidor público, para garantir a
270 terceirização. Falou que a luta contra o aumento do salário dos vereadores vem ocorrendo
271 desde o ano passado. Afirmou que a justificativa para o aumento abusivo é que Campinas é
272 uma cidade muito grande, sendo que os vereadores deveriam atender uma população
273 grande. Falou que, seguindo a mesma lógica, os servidores públicos também deveriam
274 receber o mesmo patamar de aumento salarial, pois deles dependem toda a assistência à
275 população de Campinas. A sra. **Sara** solicitou a correção de uma apresentação realizada, pois
276 o plano de trabalho foi criado coletivamente, mas a decisão de corte no orçamento da Saúde
277 Mental foi uma decisão unilateral do governo. Deixou claro que não apoia esses cortes
278 realizados. Falou ser obrigação da SMS e do secretário de saúde garantir a verba adequada
279 para a Saúde Mental. Afirmou que os trabalhadores esperaram três meses para o edital do
280 concurso público e quando este foi publicado, apresenta-se ridículo e mal publicado, que



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 não corresponde à necessidade real do quadro de recursos humanos da SMS. Sugeriu que o
282 convênio não fosse aprovado nestes moldes. Afirmou que as reuniões para a construção do
283 plano de trabalho foram meramente informativas, onde os trabalhadores não tiveram voz
284 ativa, utilizando argumentos como a negativa da Secretaria de Finanças ou da Secretaria de
285 Assuntos Jurídicos. O sr. **Rodrigo** falou que os trabalhadores se empenham em trabalhar na
286 rede, garantindo um atendimento adequado para os usuários, mas que existem muitas
287 dificuldades, onde em alguns momentos as decisões podem não ter sido as melhores, devido
288 à situação ruim da saúde. Falou que é necessária a continuidade da assistência, pois não é
289 possível ver um usuário passar necessidade sem nada fazer. Afirmou que a construção do
290 convênio ocorreu frente à análise de uma situação ruim, visando garantir um bom modelo
291 de assistência. Falou sobre a necessidade da construção de uma resposta pública para
292 superar a situação. Afirmou que houve muitas modificações ao longo da construção do
293 convênio. Defendeu a construção de um CAPS público em Campinas. Falou sobre a
294 necessidade da implantação de um grupo de transição, para garantir que a Saúde Mental
295 seja totalmente pública. Esclareceu que a gestão ocorrerá através da co-gestão, com a figura
296 dos apoiadores, com a interface entre eles e as unidades de saúde. Defendeu que os
297 trabalhadores sejam repostos através de concurso público. A sra. **Naiara** falou sobre uma
298 questão que a incomoda, pois não há coerência entre as pessoas que defendem esse
299 modelo de gestão proposto pelo convênio. Falou que o modelo propõe uma
300 descentralização, com a participação dos Distritos de Saúde, onde deverão existir gestores
301 do SSM. Afirmou que essa forma aprofunda a questão do duplo comando no SUS, onde, se
302 houver uma divergência entre o coordenador distrital e o gestor do SSM, haverá problemas
303 em quem pautará essa discussão. Defendeu que essa discussão é importante, pois trata a
304 terceirização do SUS, pois se deixa que a decisão seja tomada por outro ente, que não seja a
305 Prefeitura. Falou que quando se defende essa política, tem-se a impressão de ser um fato
306 consumado, com a imposição do Ministério Público. Afirmou que existe uma postura política
307 por trás das decisões do Ministério Público, as quais os trabalhadores não devem aceitar
308 prontamente. Defendeu que essa discussão deve ocorrer no CMS, para evitar que existam
309 várias formas de gestão na saúde, como vem ocorrendo atualmente, sendo que o convênio
310 proposto vem aprofundando essas diferenças. Apontou que Campinas não pode aceitar
311 fatos consumados. A sra. **Tânia** falou que não viveu os anos dourados da reforma
312 psiquiátrica no município, onde só presenciou a decadência da mesma. Falou que o
313 desmonte não é de agora, assim como o desmonte da rede básica. Afirmou que os
314 trabalhadores não são repostos, prejudicando o atendimento, pois a saúde é feita por
315 pessoas. Falou que neste convênio, essa situação não será resolvida. Solicitou que o
316 secretário de saúde respeite os funcionários e os usuários, pois o concurso público não
317 atenderá todas as necessidades. Questionou por que a Prefeitura não disponibilizou mais
318 cargos neste concurso. Falou que trabalhou no CAPS Novo Tempo, o qual sofreu um
319 desmonte, pela falta de recursos e manutenção adequada. Afirmou que existe uma grande
320 diferença entre os CAPS gerenciados pelo SSM e os CAPS gerenciados pela Prefeitura. Falou



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 que o desmonte destas unidades tem a finalidade de garantir a terceirização. Afirmou que os
322 trabalhadores sairão perdendo muito com as terceirizações, pela possibilidade de situações
323 de incertezas, como a atual. Afirmou que o desmonte é um desrespeito aos trabalhadores e
324 aos usuários. Apontou ser muito difícil acreditar na presente gestão, pois o atual prefeito é
325 do mesmo partido do anterior. A sra. **Marina** falou que a apresentação da renovação da
326 Saúde Mental e perguntou a posição oficial do que será feito com o convênio com o PSF,
327 pois existem muitos boatos e informações extraoficiais. Afirmou não ser possível que os
328 presentes saiam da reunião sem essa posição oficial. Falou que a pergunta é clara, sendo
329 quando, quanto e como esses trabalhadores serão demitidos. Afirmou que existe outra
330 questão, mais importante, de quais as ações previstas pela SMS para evitar a desassistência
331 gerada pela saída dos funcionários contratados pelo SSCF. Chamou todos os movimentos
332 sociais para lutar contra quaisquer movimentos de terceirização na saúde. A conselheira
333 **Eloísa** discordou do conselheiro **Trombetta** e de algumas falas do secretário de saúde, que
334 afirmaram que a culpa dos problemas da saúde é dos conselheiros e dos servidores por
335 serem omissos. Afirmou que lutou no CMS para que o convênio com o SSCF seja melhorado.
336 Apontou que o CMS não tem culpa pelos problemas atuais e, sim, alguns conselheiros que
337 foram corrompidos pela gestão. Falou que com o corte de recursos será impossível
338 trabalhar. Falou sobre a necessidade do envio de informações corretas, pois as informações
339 desconstruídas prejudicam os trabalhos do CMS. Afirmou que verificou apenas alguns
340 indicadores quantitativos e questionou quais foram os indicadores utilizados para a
341 construção do plano de trabalho, para avaliar a qualidade do serviço. Apontou que será
342 retirada do plano de trabalho uma verba para manutenção das vistorias de imóveis pela
343 VISA. Questionou como serão garantidos esses trabalhos sem a referida verba. Falou que
344 possuem quarenta encaminhamentos de denúncias de péssimas condições de trabalho,
345 sendo que nada foi feito. O conselheiro **Mariante** chamou a atenção das pessoas que
346 falaram em relação à preocupação com a quantidade de servidores e com a desassistência,
347 sendo este um argumento que toca a todos. Porém, este argumento não pode levar os
348 conselheiros a votar sob pressão. Lembrou que, neste mesmo local, com a presença de três
349 secretários municipais, foi apresentada quais as opções da gestão para o concurso público,
350 há três meses. Afirmou que a proposta não era nenhuma maravilha e que mesmo assim era
351 melhor que o edital publicado atualmente. Lembrou que o CMS levou a sério aquela
352 proposta, sendo que o atual edital é um desrespeito aos trabalhos do CMS e o debate
353 realizado. Lembrou que, naquela reunião, o CMS aprovou uma resolução, que não foi
354 cumprida pela gestão, parecendo que o órgão de controle social não vale nada no município.
355 Afirmou que o CMS só tem valor quando chegam convênios com o argumento de que se não
356 forem aprovados, acarretará desassistência no município. Afirmou que, com todas as
357 ressalvas e discussões, estes convênios, quando são aprovados, não garantem uma
358 assistência de qualidade. Falou que o edital do concurso desrespeita todo o CMS e a
359 Conferência Municipal. Apontou que, se a renovação fosse votada neste momento, votaria
360 contrário, alegando estar descontente com a política de desrespeito ao CMS. Afirmou que,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



361 se de fato o CMS tem o papel de controle social, os conselheiros não devem aceitar a política
362 de fato consumado, como o corte do orçamento. Sugeriu que o CMS deva aprovar a
363 renovação com a condição de garantir todo o repasse orçamentário para a Saúde Mental,
364 sob pena de não aprovação. Após, o conselheiro **André Castilho** falou que a definição do que
365 é público e privado é fundamental para o debate e para o enfrentamento que o SUS
366 demanda. Defendeu que o público não pode ser confundido com o estatal, sendo que este
367 precisa ser mais do que publicizado. Falou que o privado não é estatal e não tem o
368 compromisso com o público. Falou que o que está sendo construída no município é uma
369 história singular, inédita no país, com uma parceria que vem desde 1990, entre a Prefeitura
370 e uma entidade que é municipalizada e que possui uma composição de conselheiros de
371 saúde, gestão e usuários em seu conselho diretor. Afirmou que a associação da entidade é
372 minoritária no conselho diretor. Afirmou que o SSCF é uma instituição que não fica atrás do
373 estatal, sob o ponto de vista de publicização das suas informações. Falou que a entidade está
374 um passo à frente da estatal, sendo mais público que privado. Questionou se alguém
375 conhece alguma instituição estatal, onde os trabalhadores e usuários participam do conselho
376 diretor e não somente de comissões de acompanhamento. Afirmou que o SSCF é uma
377 experiência de publicização que está um passo a frente de entidades públicas. Falou que
378 esta experiência garantiu a construção da rede de Saúde Mental única em Campinas,
379 estando muito à frente de outros municípios. Argumentou que o SSCF é um grande
380 responsável pela construção da rede de Saúde Mental em Campinas, com uma parceria de
381 uma instituição pública, não estatal, com a instituição pública e estatal em prol da saúde.
382 Lembrou que em todas as discussões sobre os problemas financeiros da entidade, o SSCF
383 nunca colocou sua responsabilidade sanitária abaixo de outras, onde nunca houve
384 encerramento de serviços ou ameaças de desassistências. Lembrou que a dívida da
385 instituição é a contrapartida do convênio, onde a própria entidade solicitou auditoria
386 externa. Falou que a entidade possui parâmetros e indicadores que nenhuma outra
387 instituição possui. Defendeu que o convênio com o SSCF não é um passo para a privatização
388 e sim, um passo para a publicização de uma sociedade democrática e justa. O secretário de
389 saúde, **Dr. Fernando Brandão**, afirmou que a gestão está trabalhando na renovação do
390 convênio com o SSCF, referente à Saúde Mental, de uma forma bastante democrática, com a
391 construção de um plano que é o melhor para Campinas. Falou que o plano contém muitas
392 ações que darão uma melhoria na Saúde Mental no município. Falou que teve muita
393 dificuldade em achar orçamento para o convênio. Lembrou que o orçamento inicial dava
394 condições para o pagamento de R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais),
395 onde, posteriormente, esse valor subiu para o valor apresentado. Desculpou-se com o CMS
396 pelo atraso do envio do plano de trabalho e pelo não envio da minuta do contrato, pois foi
397 um trabalho grande, principalmente da sra. Carla e do dr. Adilson de buscar novos recursos,
398 atingindo a margem de R\$ 4.380.000,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta mil reais). Diz
399 que esse valor confere ao convênio antigo, o acréscimo de 22%. Falou que o plano ideal
400 deveria conter um aumento de 55% no orçamento. Falou para ninguém ter ilusões, pois



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



401 Campinas chegará ao final do ano sobrevivendo, com um orçamento bem escasso. Afirmou
402 que não existe orçamento para avançar, devendo ocorrer escolhas. Falou que se colocasse o
403 total dos recursos no convênio com o SSCF, outros convênios seriam prejudicados. Lembrou
404 que não houve aumento no orçamento dos convênios com a Maternidade e com a PUCC,
405 por exemplo, por falta de recursos. Afirmou que não houve tratamento indiferenciado ao
406 SSCF, garantindo um aumento real de 22%, sendo que a afirmação de redução de 33% no
407 orçamento da Saúde Mental é a politização de um assunto técnico. Lembrou que a
408 Maternidade e a PUCC também tinham uma solicitação de verbas ideais, mas que não
409 tiveram aumento em seus convênios. Afirmou que o orçamento errado pode acarretar em
410 desabastecimento, pela falta de recursos para o pagamento dos fornecedores. Afirmou que
411 a SMS vem buscando equilibrar as contas, dividindo os recursos com responsabilidade. Falou
412 que, nem por isso, o plano de trabalho está incorreto. Falou que os recursos que virão com o
413 cadastramento das equipes, serão aplicados com a lógica de apostilamento na Saúde
414 Mental, onde pode-se elevar os recursos, assumindo novos serviços, sendo este um
415 compromisso com os coordenadores da Saúde Mental. Reafirmou que o plano apresentado
416 é um bom plano, frente à realidade do município, garantindo que não ocorra
417 desabastecimento e problemas com outros convênios. Afirmou que tem responsabilidade
418 para não gerar problemas para a próxima gestão, como a que vem sofrendo, fruto de
419 gestões anteriores. Falou sobre a necessidade da posse de uma cartilha sobre orçamento
420 nas próximas discussões, pois os serviços e os insumos custam verbas. Afirmou ser uma
421 irresponsabilidade não gerenciar dessa forma os recursos públicos. Sobre as demissões dos
422 trabalhadores do convênio PSF, lembrou que o TAC aponta que até o dia 02 de agosto, todos
423 os trabalhadores do PSF sejam demitidos. Falou que as demissões começarão a acontecer,
424 com o envio dos avisos prévios, conforme previsão do TAC. Afirmou que a reposição
425 acontecerá com o concurso público, onde já existem mais de 600 (seiscentos) cargos criados
426 e que já estão para serem chamados. Falou que existe um plano para algumas situações
427 onde existirão dificuldades, sendo que a SMS vem trabalhando para evitar a desassistência.
428 Afirmou que vem se reunindo com o Dr. Cabañas, para chegarem a um acordo para evitar a
429 desassistência. Devido ao avançado do horário, o conselheiro **Mariante** encerrou a reunião,
430 agradecendo a presença de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior,
431 secretário executivo, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais
432 presentes.